

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**ABORTO INDUZIDO E NARRATIVAS DE
MULHERES EM BLOGUES**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Caroline Matos Romio

Santa Maria, RS, Brasil

2015

ABORTO INDUZIDO E NARRATIVAS DE MULHERES EM BLOGUES

Caroline Matos Romio

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Psicologia.**

Orientadora: Professora Doutora Adriane Roso

Santa Maria, RS, Brasil

2015

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Matos Romio, Caroline
Aborto induzido e narrativas de mulheres em blogs /
Caroline Matos Romio.-2015.
129 p.; 30cm

Orientadora: Adriane Roso
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2015

1. Psicologia Social 2. Aborto 3. Direitos Sexuais e
Reprodutivos 4. Gênero 5. Blogs I. Roso, Adriane II.
Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**ABORTO INDUZIDO E NARRATIVAS DE MULHERES EM
BLOGUES**

elaborada por
Caroline Matos Romio

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia

COMISSÃO EXAMINADORA

Adriane Roso, Dr^a.
(Presidente/Orientadora)

Paula Sandrine Machado, Dr^a. (UFRGS)

Ana Cristina Garcia Dias Dr^a. (UFRGS)

Santa Maria, 13 de março de 2015.

AGRADECIMENTOS

Agradeço com imenso carinho a todas e todos que me acompanharam na construção dessa dissertação, especialmente:

À Universidade Federal de Santa Maria, importante espaço fomentador de questionamentos, articulador de estudos e formador de pessoas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo apoio econômico que tornou possível minha dedicação integral a esse projeto.

À professora Adriane, pela sabedoria e pela generosidade de compartilhá-la comigo, por me sinalizar com carinho os caminhos e respeitar meu tempo em segui-los. Ainda, pela postura ética e implicada que transmite tanto nas palavras quanto nas ações.

Às professoras Ana, Claudia e Paula pela disponibilidade em auxiliar a construção dessa dissertação, dando importantes contribuições, promovendo muitos questionamentos.

À Mirela, Samanta, Larissa, Verônica, Luana, Anelize e Letícia, que compuseram a atividade Abortando o Silêncio, que me auxiliaram na pesquisa, que acolheram minhas angústias e me ensinaram muito.

Ao grupo de pesquisa “Saúde Minorias Sociais e Comunicação”, por possibilitar que o saber se faça no encontro.

À organização Cloud Choice Health que estabeleceu uma importante parceria, auxiliando na divulgação da proposta da pesquisa.

À professora Hericka, por ser uma importante referencia de profissional e pesquisadora afetuosa.

Às amigas Jusiene, Michele, Luana e Thais por estarem junto comigo, pelo carinho, pelo abraço apertado, pela construção de um “nós” repleto de afeto, acolhida e respeito.

Às amigas Nelci, Gabriela e Anelise pela amizade e parceria.

À minha mãe, Maristela, e ao meu pai, Luiz Carlos, pelo carinho, por me incentivarem a ir mais longe, e serem referencia de um local para onde eu posso voltar.

À minha irmã Aleksandra, por me transmitir coragem, serenidade e afeto, e por ser uma presença inspiradora em minha vida.

Ao Arno, pela presença, pelo apoio, pelo companheirismo e por me fazer perceber como a vida é linda.

Um agradecimento especial a todas as mulheres que aceitaram compartilhar suas histórias de aborto, contar sobre si, formulando um saber que diz de todas nós. Graças à generosidade de vocês esse trabalho foi possível.

À natureza.

He sido forastera durante casi toda mi vida, condición que acepto porque no me queda alternativa.

(Mi país inventado, Isabel Alende)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Universidade Federal de Santa Maria

ABORTO INDUZIDO E NARRATIVAS DE MULHERES EM BLOGUES

AUTORA: CAROLINE MATOS ROMIO

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a ADRIANE ROSO

Data e Local da Defesa: 13 de março de 2015, Santa Maria.

Para construir essa dissertação, partimos do objetivo de identificar e problematizar as experiências do abortamento induzido no Brasil, a partir dos discursos engendrados nos espaços virtuais (blogues). Para tanto, desenvolvemos estudos teóricos e empíricos, com abordagem qualitativa. Compomos essa dissertação através de quatro textos que são complementares entre si. O primeiro, cujo título é “Reflexões Sobre Aborto, Religião e o Estado Brasileiro”, teve como objetivo analisar como diferentes atravessamentos institucionais dificultam a efetivação às mulheres dos seus direitos sexuais e reprodutivos, especialmente o aborto. Foi desenvolvido através de um estudo reflexivo não sistemático da produção teórica divulgada por meio de artigos, periódicos, livros, dissertações, teses e documentos governamentais. O segundo, “Abortando o Silêncio: contratempos na construção de uma pesquisa”, consistiu em um relato da pesquisa; nele, compartilhamos as transformações ocorridas durante a realização do estudo. O terceiro, intitulado “‘Eu fiz um aborto’: os blogues como espaços de manifesto dos direitos sexuais e reprodutivos”, visou perceber a relação da prática do aborto induzido com os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. O mesmo foi elaborado através de uma pesquisa no espaço virtual, utilizado como meio documental, onde buscamos relatos de mulheres que passaram pela experiência do aborto. O quarto, nomeado “Falando sobre aborto no ciberespaço, refletindo sobre gênero”, objetivou conhecer as questões de gênero envolvidas na prática do aborto induzido; para isso, desenvolvemos entrevistas narrativas, através de correio eletrônico (e-mail), com mulheres que aceitaram compartilhar suas histórias acerca do abortamento. Todos os textos foram produzidos a partir de uma reflexão embasada na Psicologia Social Crítica e nas epistemologias feministas. A dissertação como um todo nos possibilitou refletir sobre a experiência do abortamento, nos aproximou das histórias singulares das mulheres que viveram essas experiências, e, através dessas histórias, construímos saberes sobre gênero, direitos sexuais e reprodutivos e política. Percebemos que o tema do aborto se refere ao contexto histórico, social e cultural em que vivemos. Ainda, as narrativas nos indicaram que poder decidir sobre si é imperativo para existir e resistir.

Palavras-chave: Psicologia Social. Aborto. Direitos Sexuais e Reprodutivos. Gênero. Blogues.

Área do CNPq: Psicologia Social
Sub-Área: Processos Grupais e de Comunicação

ABSTRACT

Master's Degree Dissertation
Psychology Post Graduate Program
Federal University of Santa Maria

INDUCED ABORTION AND WOMEN'S NARRATIVES ON BLOGS

AUTHOR: CAROLINE MATOS ROMIO

SUPERVISOR: PROFESSOR DR. ADRIANE ROSO

Date and Place of Dissertation's Defense: 13 March 2015, Santa Maria, RS, Brazil.

The present dissertation is devised with the objective of identifying and problematizing the experiences of induced abortion in Brazil from the discussions generated in the cyberspace (blogs). In order to attain this objective, theoretical and empirical studies with a qualitative approach are developed. This dissertation is composed of four texts that are complementary to each other. The first one, entitled 'Reflections on Abortion, Religion and the Brazilian Estate', aimed at analyzing how different institutional intersections hinder the implementation of sexual and reproductive rights to women, especially the abortion. The referred text was developed through a deliberate and non-systematic analysis of theoretical publications such as articles, periodicals, books, dissertations, theses and governmental documents. The second text, 'Aborting Silence: obstacles in the construction of a research', consisted of a report on the research, in which we share and reflect about the changes occurred during the study's performance. The third text, entitled 'I had an abortion: blogs as spaces for the manifestation of sexual and reproductive rights', aimed at understanding the relationship between the practice of induced abortion and women's sexual and reproductive rights. This text was built from accounts of women who have had the experience of abortion and that were available on the cyberspace. The fourth text, named 'Talking about abortion on the cyberspace; reflections on gender', aimed at knowing the questions of gender involved in the practice of induced abortions. In order to do so, narrative interviews were performed via email with women that agreed to share their experiences on abortion. All texts were produced from a reflection on critical social psychology and feminist epistemologies. The dissertation allowed us to think considerably about abortion experiences. It also gave us greater proximity with the stories of women who have experienced an abortion. Through these stories we were able to acquire certain knowledge on questions such as gender, sexual and reproductive rights and politics. We perceived that the question of abortion refers to historical, social and cultural contexts in which we live. However, the narratives indicated that people should be able to decide about their own lives as an imperative condition to exist and resist.

Key words: Social Psychology. Abortion. Sexual and Reproductive Rights. Gender. Blogs.

CNPq Area: Social Psychology

Sub area: Group Processes and Communication.

ÍNDICE TABELA

Tabela 1 - Distribuição das narrativas por blogues e seus respectivos endereços eletrônicos.....	52
---	-----------

ÍNDICE DE ANEXOS E APÊNDICES

ANEXOS.....	118
ANEXO A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) referente ao projeto de pesquisa.....	119
APÊNDICES	122
APÊNDICE A – Termo Informativo.	123
APÊNDICE B – Termo de Confidencialidade.	125
APÊNDICE C – Resposta ao Comitê de Ética em Pesquisa.	126

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. REFLEXÕES SOBRE ABORTO, RELIGIÃO E O ESTADO BRASILEIRO	16
Introdução	16
Método	18
Autonomia das mulheres	20
Contexto brasileiro: história e Congresso	22
Religiões, aborto e Estado laico	27
Conclusões	31
2. ABORTANDO O SILÊNCIO: CONTRATEMPOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA	33
A experiência de pesquisar	33
O objeto de pesquisa.....	34
A proposta inicial do método	35
Algumas limitações e a construção de uma parceria	37
Contratempos.....	39
A potência dos blogues para a articulação coletiva das mulheres	42
Conclusões ou valorizando a utopia.....	44
3. “EU FIZ UM ABORTO”: OS BLOGUES COMO ESPAÇOS DE MANIFESTO DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS	46
Introdução	46
Construindo o <i>corpus</i> de análise.....	50
Relatando histórias, compartilhando memórias.....	53
Momento da decisão pelo aborto: do sentimento de culpa à deliberação de não ser mãe naquele momento	55
Momento após a decisão: como abortar?	66
Momento de cuidado: encontrando brechas no tabu	75
Considerações finais	80

4. FALANDO SOBRE ABORTO NO CIBERESPAÇO, REFLETINDO SOBRE GÊNERO	83
Introdução	83
Direcionamentos metodológicos	85
Sentidos, saberes, histórias	87
Questões de gênero e direitos sexuais e reprodutivos.....	96
Reflexões de encerramento	102
ALGUMAS CONCLUSÕES.....	105
REFERÊNCIAS	110

INTRODUÇÃO

Essa dissertação foi construída a partir de nossas inquietações acerca da temática da interrupção voluntária da gestação. Essa temática tem feito parte da vida de muitas mulheres, marca suas trajetórias reprodutivas, remete às experiências singulares e às representações sociais, e refere-se ao tornar-se mulher em um contexto social, histórico, cultural, político e econômico determinado.

O aborto corresponde a uma brecha, que marca em ato a separação da sexualidade e da reprodução, fica no entremeio; também, fala daquilo que é da esfera das decisões individuais, no campo reprodutivo, e das esferas da população, com sua criminalização legal e moral. A interrupção da gestação questiona a maternidade como desejo natural das mulheres, indica a capacidade delas tomarem decisões racionais sobre si - é uma experiência!

Experiência complexa que parece carregar em si as amplas contradições humanas. Relatar essa experiência faz emergir questões de gênero, os direitos sexuais e reprodutivos, diz tanto das vidas únicas e diversas de cada mulher, quanto das mulheres coletivamente. Por estar nessa brecha, se apoia no relacional, torna-se campo fértil para a psicologia social se aproximar e construir saberes e sentidos.

No entanto, o tema é tabu, velado. Mesmo ocorrendo com frequência, as mulheres que recorrem a esse recurso costumam emudecer. A culpabilização e a criminalização do aborto fazem com que a experiência sobre ele silencie. Buscando ouvir os saberes sobre esse tema, percebemos que os espaços virtuais (blogues) têm se anunciado como locais de fala e resistência, onde as mulheres podem dizer o que experienciaram, compartilhar o que sentiram e encontrar apoio em outras mulheres que passaram por situações parecidas, construindo uma rede de afetos, quiçá uma espécie de comunidade virtual.

Partindo desse contexto, surgiu o interesse de se realizar uma pesquisa que vise a identificar e problematizar as experiências do abortamento induzido no Brasil, a partir de narrativas engendradas em blogues. Para tanto, elaboramos um estudo qualitativo, teórico e empírico, que foi organizado através de quatro textos inter-relacionados e complementares.

No primeiro texto, partimos do tema dos atravessamentos religiosos no contexto do Estado laico brasileiro. Objetivamos analisar como diferentes atravessamentos institucionais dificultam a efetivação às mulheres dos seus direitos sexuais e reprodutivos, especialmente o aborto. Para tanto, desenvolvemos uma reflexão não sistemática da produção teórica divulgada por meio de artigos, periódicos, livros, dissertações, teses e documentos

governamentais. Nomeamos esse texto de “Reflexões Sobre Aborto, Religião e o Estado Brasileiro”. Esse texto nos gerou questionamentos que indicaram a demanda de um contato mais direto com as mulheres que vivenciaram o aborto no Brasil para uma melhor compreensão do tema.

O segundo texto, intitulado “Abortando o Silêncio: contratempos na construção de uma pesquisa”, corresponde a uma apresentação sobre os trajetos estabelecidos pela pesquisa, que foram transformando a ela e a nós, pesquisadoras. Partindo do tema de pesquisa “aborto induzido” e tendo uma proposta inicial de método, a busca por relatos em ambientes virtuais (blogues), como base, refletimos, nesse texto, sobre as variações que foram ocorrendo ao longo da construção da pesquisa e como estabelecemos contato com as mulheres que vivenciaram o abortamento no Brasil. Durante o percurso, nos deparamos com os eventos sociais, com os (des)encontros, com as marcas históricas e temporais e com relações que promoveram novas possibilidades para a pesquisa.

No terceiro, intitulado “‘Eu fiz um aborto’: os blogues como espaços de manifesto dos direitos sexuais e reprodutivos”, nós procuramos perceber a relação da prática da interrupção voluntária da gestação com os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no Brasil. Para isso, realizamos uma pesquisa no espaço virtual - que foi utilizado como meio documental - para a obtenção de relatos de mulheres que passaram pela experiência do aborto. Lemos atentamente os relatos, ponderamos os dizeres e seus sentidos, e elaboramos uma reflexão sobre eles. Nós costuramos os fragmentos das histórias, construindo saberes sobre a experiência de abortar, a qual segundo a nossa leitura pode ser dividida em três momentos temporais; o momento da decisão pelo aborto, o momento após a decisão, e o momento de cuidado. Da posterioridade desses eventos emerge a mulher que relata de si, e, contando singularmente sua história sexual e reprodutiva, fala, ao mesmo tempo, das muitas comunalidades entre as mulheres.

O texto “Falando sobre aborto no ciberespaço, refletindo sobre gênero” se desenvolve junto com a nossa busca por conhecer as questões de gênero envolvidas na prática do aborto induzido. Para tanto, fizemos entrevistas narrativas com mulheres que experienciaram a interrupção voluntária da gestação no contexto de criminalização brasileiro e que desejaram compartilhar suas histórias através de ferramentas virtuais, no caso e-mail e blogue. Ao ler as entrevistas, percebemos o quanto o abortamento se refere a memórias, saberes e sentidos, compondo a história de vida e a trajetória sexual e reprodutiva das mulheres.

O estudo foi direcionado por uma proposta de método complexa, que incluiu ampla leitura sobre o tema da pesquisa e observação dos espaços em que as experiências sobre o

abortamento estavam sendo compartilhadas. Essa observação nos indicou os caminhos para realizarmos um estudo documental, no espaço virtual, utilizando as narrativas sobre abortamento induzido como disparadoras. Durante a realização desse estudo, desenvolvemos ferramentas de interação virtual, como o blogue e o e-mail da pesquisa, que tornaram possível o contato direto com mulheres que estavam dispostas a contar suas histórias sobre aborto e participar da entrevista narrativa através de correio eletrônico. Concomitante a realização da pesquisa, desenvolvemos atividades de estudo, nas quais a autora da dissertação teve a oportunidade de liderar um grupo de estudantes de iniciação científica. Somado a isso, as supervisões semanais com a orientadora possibilitaram o embasamento teórico e metodológico da pesquisa.

A interpretação das informações obtidas através da pesquisa teve a Psicologia Social Crítica (e.g., JOVCHELOVITCH, 2008; MARKOVÁ, 2006) e as Epistemologias Feministas (e.g., DINIZ, 2013; BOYLE, 1997; CORRÊA, PETCHESKY, 1996) como direcionadoras. Para refletir sobre as informações também foram utilizados conceitos como gênero e direitos sexuais e reprodutivos.

Esse estudo está integrado às ações do projeto de nível superior (guarda-chuva) “Sexualidades e Gênero/Raça/Etnia: estudo em representações, relações de poder e políticas públicas” do grupo de pesquisa “Saúde Minorias Sociais e Comunicação”. Ele foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria (CAE 28103814.7.0000.5346) e segue as exigências e procedimentos da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e a Resolução nº 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia.

1. REFLEXÕES SOBRE ABORTO, RELIGIÃO E O ESTADO BRASILEIRO

Na história do Brasil, as religiões tiveram forte presença e impacto na política nacional. Esse cenário tem implicações diretas na laicidade do Estado brasileiro, especialmente no que tange à ampliação do acesso aos direitos sexuais e reprodutivos, dentre eles o aborto. Buscando refletir sobre esse cenário e questionar seus efeitos para a liberdade e a autonomia das mulheres, foi elaborada uma revisão bibliográfica sobre o tema. Observou-se que a laicidade do Estado estará ameaçada enquanto percepções morais e religiosas forem utilizadas como balizadores para ações políticas.

Palavras-chaves: aborto, religião, Estado laico, psicologia social.

2. ABORTANDO O SILÊNCIO: CONTRATEMPOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA

As pesquisas estabelecem trajetórias que transformam a si e a seus pesquisadores. Partindo do tema de pesquisa “aborto induzido” e tendo uma proposta inicial de método, a construção de relatos em ambientes virtuais (blogues), como base, nesse texto refletiremos sobre as variações que foram ocorrendo ao longo da construção de uma pesquisa. Ao longo do percurso, nos deparamos com os eventos sociais, com os (des)encontros, com as marcas históricas e temporais e com relações que promoveram novas possibilidades para a pesquisa. Pensamos aqui como o inesperado promove o novo, abre brechas para o imprevisível e nos possibilita a construção de saberes compartilhados.

Palavras-chaves: psicologia social, aborto induzido, relato de pesquisa, espaços virtuais

3. “EU FIZ UM ABORTO”: OS BLOGUES COMO ESPAÇOS DE MANIFESTO DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Nesse texto, procuramos perceber a relação da prática do aborto induzido com os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no Brasil. Para isso, realizamos uma pesquisa no espaço virtual que foi utilizado como meio documental para a obtenção de relatos de mulheres que passaram pela experiência do aborto. Ao costurar os fragmentos dessas histórias, construímos saberes sobre a experiência de abortar, a qual segundo a nossa leitura pode ser dividida em três momentos temporais; o momento da decisão pelo aborto, o momento após a decisão, e o momento de cuidado. Da posterioridade desses eventos emerge a mulher que relata de si, e, contando sua história sexual e reprodutiva, fala de todas as mulheres, do tornar-se mulher no contexto histórico, social e cultural em que vivemos, revela que poder decidir sobre si é imperativo para existir.

Palavras-chaves: psicologia social, aborto induzido, direitos sexuais e reprodutivos, blogues

4. FALANDO SOBRE ABORTO NO CIBERESPAÇO, REFLETINDO SOBRE GÊNERO

No presente texto, buscamos conhecer as questões de gênero envolvidas na prática do aborto induzido. Para tanto, fizemos entrevistas narrativas com mulheres que experienciaram a interrupção voluntária da gestação no contexto de criminalização brasileiro e que desejaram compartilhar suas histórias através de ferramentas virtuais, no caso e-mail e blogue. Ao analisar as entrevistas com base na Psicologia Social Crítica e nas teorias feministas, percebemos o quanto o abortamento se refere a memórias, saberes e sentidos, compondo a história de vida, e a trajetória sexual e reprodutiva, das mulheres e, também, se refere às questões de gênero e os direitos sexuais e reprodutivos de quem o realiza. Observamos que a oportunidade de contarem suas histórias, compartilhar o que se viveu, possibilita às mulheres darem sentidos às suas experiências e resistir ao contexto que as cala e recrimina por terem decidido o que compreendiam ser o melhor para si, naquele momento. Ainda, confirmamos a internet como um meio de aproximação de diferentes mulheres em suas vivências, favorecendo a constituição de uma rede de relações que proporcionam trocas de informações, saberes e sentimentos sobre as vivências significativas de cada uma.

Palavras-chaves: psicologia social, aborto induzido, narrativas, espaços virtuais

ALGUMAS CONCLUSÕES

Acreditamos que dissertar é construir e compartilhar saberes, produzir transformações, tanto no nosso olhar, quanto no entorno. Para ocorrer uma construção há a demanda de um tempo, que não é apenas cronológico, que abarca as trocas que a tornam possível. Sendo assim, gostaríamos aqui de explorar essas construções e trocas, e os saberes que produzimos com elas.

Uma das conclusões importantes que a dissertação nos produziu é a certeza que toda construção de saber é contextual e relacional. São os encontros, as trocas, as questões construídas em conjunto que nos movimentam, que permitem a criação de algo novo, singular e complexo. Sendo assim, toda a dissertação foi construída através de encontros.

O encontro que disparou essa construção? Quando nós, orientadora e orientanda, inquietas e curiosas, em uma reunião, começamos a compartilhar tudo aquilo que poderia ser tema de pesquisa, tudo que nos gerava questões, tudo que indicava caminhos a serem explorados. Sabíamos que seria com gênero, gostaríamos que incluísse o ambiente virtual, interesses em comum. Nesse encontro, não sabemos bem porque nem como, achamos o tema da dissertação. Abandonamos o pré-projeto e aceitamos buscar juntas saberes e sentidos para o aborto induzido no Brasil.

Logo, somaram a nós as estudantes de iniciação científica; compomos, então, um grupo, repleto de encontros. Foram nesses encontros que ocorreram as reflexões teóricas, os debates e as trocas. Através deles chegamos ao nosso objetivo, nós queríamos identificar e problematizar as experiências do abortamento induzido no Brasil, a partir dos discursos engendrados nos espaços virtuais (blogues).

Ao longo de um ano, desenvolvemos um projeto. Imergimos em teoria, exploramos os espaços virtuais em que o tema era apresentado, tivemos ideias. Desses primeiros contatos com o tema percebemos que se tratava de algo complexo, pensar sobre isso era falar de gênero, de aspectos sociais, históricos, culturais, morais, de sentimentos.

Concluimos com o projeto que o aborto induzido é uma questão de política e saúde, reflete os saberes singulares e sociais sobre sexualidade e reprodução. Ele deveria ser um direito, mas, no Brasil, é um crime. Talvez porque marca em ato a separação entre o sexual e o reprodutivo, se refere à mulher que, em um determinado momento cerceado por um contexto, decide, mesmo gestando, não ser mãe. Essa mulher não está sozinha, os dados

epidemiológicos nos apresentaram a existência de uma grande quantidade de mulheres que tomavam essa decisão. Quando a decisão é criminalizada, como no Brasil, as mulheres colocam em risco sua saúde para concretizar sua decisão.

Daí nós produzimos um caminho para saber mais sobre nosso objetivo. Esse caminho foi nosso método, decidimos que nosso estudo seria qualitativo e exploratório, realizado no espaço virtual, através de blogs. Realizaríamos entrevistas narrativas com mulheres maiores de 18 anos que tivessem experienciado o aborto induzido no Brasil.

Na qualificação (novos encontros!), contamos com a contribuição da banca que nos apresentou mais questionamentos. Como nos aproximarmos da realidade do aborto? Como acessar as mulheres? Como nos proteger dos riscos da internet? Como o método acolheria a complexidade da experiência do aborto? Observamos que a experiência e a solidariedade em pesquisa possibilitam a criação de novos caminhos.

Assim, dos questionamentos, fizemos algumas alterações. Entre elas, solicitamos a dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Então, enviamos e aguardamos a autorização da pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Maria. Desse momento, concluímos que é preciso refletir sobre os postulados e as normatizações em pesquisas, sobre o que estamos compreendendo como ética e, principalmente, que pesquisas na área de humanas são compostas de imprevisibilidade.

Algumas questões que apareceram na qualificação, que haviam surgido já no projeto, demandaram maior atenção. Era preciso explorar, conforme o objetivo específico, como diferentes atravessamentos institucionais dificultam a efetivação às mulheres dos seus direitos sexuais e reprodutivos. Decidimos que os atravessamentos institucionais que exploraríamos seriam algumas religiões, o Estado, e a relação entre eles.

Isso nos inspirou a escrita do primeiro texto que compõe a dissertação. Através do estudo teórico não sistemático do tema, percebemos que o Brasil, mesmo sendo laico segundo a Constituição, é marcado historicamente por alianças e partilhas de poder entre Estado e algumas religiões. Hoje, isso é expresso através das disputas de representantes religiosos por cargos políticos. Nesses cargos eles se prestam a fomentar em nível legal os valores morais de suas comunidades de origem, através de um modelo confuso de democracia representativa.

Enredada nesse cenário complexo, está a criminalização da prática do aborto induzido, juntamente com a culpabilização das mulheres que recorrem a ela. A articulação dos grupos religiosos pela manutenção da criminalização pareceu-nos figurar como uma aposta política, legitimada pelo Estado, para a manutenção de seu poder. A elaboração dessa articulação

teórica nos levou a novas indagações que cercearam as outras partes que compuseram o estudo.

Todos os encontros que produziram essa dissertação também nos transformaram. Buscando apresentar e compartilhar a experiência da pesquisa, como um todo, elaboramos o segundo texto. Nele nós sinalizamos nosso caminhar e como, ao longo do percurso de uma pesquisa, nos deparamos com os eventos sociais, com os (des)encontros, com as marcas históricas e temporais e com relações que promovem novas possibilidades. Pensamos, então, como o inesperado promove o novo, abre brechas para o imprevisível e nos possibilita a construção de saberes compartilhados.

No estudo das experiências de interrupção voluntária de gestação no Brasil buscamos relatos em blogues, o que nos permitiu fazer um estudo documental dessas experiências. Podemos dizer que o contato com esses relatos nos permitiu encontrar as mulheres que abortaram, mesmo que não tenhamos trocado palavras diretamente.

Esses encontros indiretos nos possibilitaram concluir que o abortamento compõe a trajetória reprodutiva de muitas mulheres no Brasil. É uma experiência singular, única para cada mulher, mas possui aspectos sociais e coletivos comuns. Esses relatos nos apresentaram os momentos que compõe essa experiência, o momento da tomada da decisão, da realização da prática e dos cuidados após o procedimento. Observamos com os relatos que, diferente do que outros estudos têm demonstrado, o aborto não é sinônimo de sofrimento, a decisão pelo aborto pode ser percebida pelas mulheres como uma decisão acertada.

Ainda, os relatos indicaram que o traumático de abortar no Brasil é a sensação de clandestinidade, tanto na busca pelos recursos para abortar, quanto na atenção com a saúde durante e após o procedimento. A culpabilização das mulheres que abortam é sentida como uma imposição e um silenciamento por aquelas que compartilharam suas narrativas.

Percebemos através dos relatos que para saber mais sobre essa experiência, só conversando com quem tinha vivido ela. Isso nos levou a novos encontros, agora com mulheres que aceitaram participar da pesquisa através de entrevistas narrativas realizadas por correio eletrônico. Essas entrevistas nos possibilitaram desenvolver o quarto texto que compõe o estudo.

O encontro com as mulheres nos fez perceber que, quando a experiência do aborto é recente, os sentimentos em relação a ela são muito intensos. Esses encontros produziram muitas reflexões em nós, com eles percebemos como a decisão pelo aborto é complexa e a busca pelos recursos para realiza-la é difícil. Retomando o primeiro texto da dissertação,

compreendemos que a criminalização e culpabilização da prática, articuladas pelo Estado e por algumas religiões, reflete diretamente na experiência das mulheres.

As entrevistas nos fizeram ver que a criminalização têm travado as possibilidades de diálogo. Se houvessem diálogos, as mulheres que decidem pelo aborto poderiam fazê-lo em maior segurança, as que não decidem teriam maiores subsídios para reagir à decisão pelo seu aborto tomada por outras pessoas. Falar sobre o aborto surgiu como uma possibilidade para dar sentido para a experiência, permitindo a produção de novos significados. As entrevistas também nos assinalaram as questões de gênero envolvidas tanto na vivência da sexualidade quanto da reprodução, indicando que o acesso aos direitos sexuais e reprodutivos é escasso no Brasil.

Através da composição e articulação dos quatro textos, que foram produzidos a partir dos discursos engendrados em blogues, identificamos que a experiência do abortamento induzido no Brasil é complexa e tensionada por aspectos institucionais e políticos. Diante da mulher que vivencia o aborto, lei e moral se unem para atribuir o imperativo de culpa.

Resistindo a esse contexto, as mulheres decidem pelo aborto. Com pouco acesso a informações e a recursos, elas buscam os meios possíveis para realizar a interrupção da gestação. Essa busca faz com que elas desenvolvam saberes e técnicas sobre seus corpos e sobre tornar-se mulher no contexto histórico, social e cultural brasileiro.

As mulheres realizam um itinerário, desde a busca pelo método, passando pela realização do procedimento, até os cuidados posteriores com a saúde. Nesse itinerário, elas criam redes relacionais, que podem ser virtuais, onde compartilham suas dúvidas, medos, sentimentos, saberes e suas histórias. Elas articulam possibilidades de promover seus direitos sexuais e reprodutivos.

Relatar a experiência do aborto diz tanto das vidas únicas e diversas de cada mulher, quanto das mulheres coletivamente. Por estar nessa brecha, se apoia no relacional, torna-se campo fértil para a psicologia social produzir olhares. Ainda, esses relatos indicam a demanda para se falar sobre saúde, demonstram aproximação com a psicologia da saúde. Indicam que um Programa de Pós-Graduação com ênfase em Psicologia da Saúde, como o programa em que se desenvolveu essa dissertação, têm muito a acolher e contribuir com a produção de saberes e sentidos sobre essas experiências.

Ainda, notamos que a experiência do abortamento diz dos meios econômicos que a mulher possui. As narrativas demonstraram que a realidade de acesso aos direitos, tanto sexuais quanto reprodutivos, no Brasil, depende do poder aquisitivo que a pessoa dispõe. Nesse sentido, observamos que uma possível limitação do estudo tenha sido acessar as

mulheres com poder econômico baixo, que não tenham acesso as novas tecnologias de informação.

Ainda, o estudo nos indicou que gênero e aborto são temas articulados, vinculados. Percebemos que, em sua maioria, as histórias de abortamento também falam dos homens, dizem da trajetória reprodutiva deles, demonstram os locais atribuídos a homens e mulheres nas relações, falam das transformações acerca da sexualidade e da reprodução que vêm ocorrendo nos últimos tempos. Sentimos que o presente estudo poderia ser adensado se incluísse as falas dos homens sobre aborto.

Diante disso, finalizamos a dissertação com a sensação de que ela foi o início. Começamos a produzir saberes e transformações com nossas construções, esperamos poder seguir compreendendo a temática do abortamento, respondendo as limitações dessa pesquisa, explorando os questionamentos que surgiram e promovendo novos encontros em momentos futuros, de modo que um dia, seguindo a utopia Birriana (apud GALEANO, 2011), possamos abortar o silêncio!

REFERÊNCIAS

ALDANA, M. Vozes católicas no Congresso Nacional: aborto, defesa da vida. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 639-646, 2008.

ARDAILLON, D. **Cidadania de corpo inteiro**. Discursos sobre o aborto em número e gênero. p.246. Tese (Doutorado em sociologia) FFLCH, USP, São Paulo, 1997.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed. Trad. de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, p. 275, 1981.

ASMA, S. T. Abortion and the Embarrassing Saint. **The Humanist**, Chicago, 1994.

ÁVILA, M. B. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. S465-S469, 2003.

BARBOSA, E.; GRANADO, A. **Weblogs: Diário de Bordo**. Portugal: Porto Editora, p. 94, 2004.

BARBOSA, M.G.; ARILHA, M. A Experiência Brasileira com o Cytotec®. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 408-417, 1993.

BIRRI, F. **El derecho al delírio**. Citado por GALEANO, E., 2011.

BOEMER, M.; MARIUTTI, M. A mulher em situação de abortamento: um enfoque existencial. **Revista Escola de Enfermagem**. São Paulo: USP, v. 37, n. 2, p. 59-71, 2003.

BORSARI, C.; NOMURA, R.; BENUTE, G.; NONNENMACHER, D.; LUCIA, M.; FRANCISCO, R. O aborto inseguro é um problema de saúde pública. **Femina**, Brasil, v. 40, n. 2, p. 63-68, 2012.

BOYLE, M. Reflections on Abortion and Psychology: the hidden issues. **The Psychologist**, London, vol 15, 502-503, 2002

BOYLE, M. **Re-thinking abortion: Psychology, gender, power and the law**. Londres: Routledge. p. 164, 1997.

BRASIL. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental**. Brasília, DF, Portal do Supremo Tribunal Federal. 2013a. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADPF&s1=54&processo=54>. Acesso: 13 Mai de 2013.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro**. Decreto-Lei No 2.848, de 7 de Dezembro de 1940. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 466/12 sobre Pesquisa envolvendo Seres Humanos**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção humanizada ao abortamento**: norma técnica. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Brasil 2009**. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher : Princípios e Diretrizes**. 1. ed., 2. reimpr. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **20 anos de pesquisa sobre aborto no Brasil**. Brasília: DF, 2009.

BRASIL. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. 1ª Impressão. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, p. 170, 2013b.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. 2ª ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CANEVACCI, M. Prefácio. Colecionadores de perguntas. In ZANELLA, A. V., Perguntar, Registrar, Escrever: inquietações metodológicas. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS. p. 11-15, 2013.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.418, 1982.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 11 Ed. São Paulo: Cortez, p. 176, 2010.

CASTRO, R.; CARRIL, E. Aborto, profesionales de la salud y derechos reproductivos. In: CASTRO, R. ; GÓMEZ, A. L. (edt.). **Poder Médico y Ciudadanía**: el conflicto social de los profesionales de la salud com los derechos reproductivos em América Latina. Montevideo: Universidad de La República, p. 27-48, 2010.

CERQUEIRA, C.; RIBEIRO, L. T.; CABECINHAS, R. Mulheres & Blogosfera: contributo para o estudo da presença feminina na "rede". **Ex aequo**, Lisboa, v. 19, p. 111-128, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 016/2000**. Dispõe sobre a realização de Pesquisa em Psicologia com Seres Humanos. Brasília-DF. 2000.

CORRÊA, S. & PETCHESKY, R. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1-2, p. 147-177, 1996.

COURTINE J. J. **Decifrar o Corpo - Pensar Com Foucaut**. Tradução: Francisco Morás. Petrópole: Vozes, p. 176, 2012.

CRUZ, Y., & HERNANDEZ, A. Cuil, ¿la competencia de Google?: una evaluación desde el punto de vista documental. **ACIMED**, Ciudad de La Habana, v. 18, n. 6, p. 1-9, 2008.

DEL PRIORE, M. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio. Brasília, Edunb, p. 302, 1993.

DINIZ, D. Estado laico, objeção de consciência e políticas de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n.9, p. 1704-1706, 2013.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M. Itinerários e métodos do aborto ilegal em cinco capitais brasileiras. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 7, p. 1671-1681, 2012.

DINIZ, D.; VÉLEZ, A. C. G. Aborto na Suprema Corte: o caso da anencefalia no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 647-652, 2008.

DOM SANCHÉZ, J. Aborto é atentado contra a vida, "jamais um direito", diz Bispo. Acidigital. Lima, Peru, 2010. Disponível em: <http://www.acidigital.com/noticias/aborto-e-atentado-contra-a-vida-jamais-um-direito-diz-bispo-56765/>. Acesso: 02 de mar. de 2014

DUARTE, T. dos S. A Participação da Frente Parlamentar Evangélica no Legislativo Brasileiro: ação política e (in) vocação religiosa. **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, v. 14, n.17, p. 53-76, 2012.

DURKHEIM, E. **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo: Paulinas, p. 245, 1989.

EMMERICK, R. **Corpo e poder: um olhar sobre o aborto a luz dos direitos humanos e da democracia**. Dissertação (mestrado em Direito). Rio de Janeiro: PUC, p.220, 2007.

ENGEL, M. Psiquiatria e feminilidade. In: Del Priore, M.(org). **História das mulheres no Brasil**. 3ªed. São Paulo: Contexto, p. 322-361, 2000.

FERRAND, M. O aborto, uma condição para a emancipação feminina. Tradução: C. S. Wolff. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 653-659, 2008.

FLICK, U. **Introdução a Pesquisa Qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, p. 408, 2009.

FONSECA, T. M. G. Acerca da ética e da perspectiva interdisciplinar. In: Ploner, K.S.; Michels, L.R.F; chlindwein, L.M. & Guareschi, P.A. (Orgs.) **Ética e Paradigmas na Psicologia Social**. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, p. 12-17, 2003.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, p. 98. 1988.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, p. 288, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, p. 92, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 23ª reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, p. 107, 1994.

FREUD, S. **Totem e Tabu e Outros Trabalhos** vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, p.277, 1913/2006.

GARCÍA, M.; VELÁZQUEZ, E. Aborto: controversia entre el Estado laico y la Iglesia. Polarización de ideologías. **El Cotidiano**, p. 13-20. Mexico, 2007.

GUEDES; A. C. Abortion in brazil: legislation, reality and options. **Reproductive Health Matters**, United States, v. 8, n. 16, p. 66-76, 2000.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, p. 189, 1990.

HEILBORN, M. L.; ARAÚJO, L., & BARRETO, A. (orgs.). **Gestão de políticas públicas em gênero e raça/ GPP-GeR: módulo 2**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, p. 266, 2010.

JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do Saber**: representações, comunidade e cultura. Petrópolis; RJ: Vozes, p. 344 , 2008.

JOVCHELOVITCH, S. Psicologia social, saber, comunidade e cultura. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 16, n.2, 20-31. 2004.

KARDEC, A. **O Livro dos Espíritos**. Brasília: Federação Espírita Brasileira, p. 604, 1991.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, p. 260, 1999.

LÉVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, p. 110, 1996.

LUNA, N. O direito à vida no contexto do aborto e da pesquisa com células-tronco embrionárias: disputas de agentes e valores religiosos em um estado laico. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 71-97, 2013.

MACHADO, M. Das D. C. Religião, cultura e política. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 29-56, 2012.

MARKOVÁ, I. **Dialogicidade e representações sociais**: as dinâmicas da mente. Tradução: Hélio Magri filho, Petrópolis, RJ: Vozes, p. 309, 2006.

MENEZES, G.; AQUINO, E. Pesquisa sobre o aborto no Brasil: avanços e desafios para o campo da saúde coletiva. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 193-204, 2009.

MEYNEN, V.; VARGAS, V. La autonomia como estratégia. **Mujeres em Acción**. 5. Santiago, Chile; Isis internacional, 1992.

MIGUEL, L. F. Aborto e democracia. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 657-672, 2012.

MONTERO, J.. Feminismo: un movimiento crítico. **Intervención Psicosocial**, Madrid, v. 15, n. 2, p. 167-180, 2006

MOREIRA, A. F. Aborto – Crime e Consequências. Revista Reformador. Julho de 2011. Disponível em: http://www.guia.heu.nom.br/aborto_crime_e_consequencia.htm. Acesso: 02 de mar. de 2014

MOREIRA, M. H. C.; ARAÚJO, J. N. G. DE. Planejamento familiar: autonomia ou encargo feminino? **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 389-398, 2004.

MOTTA, F. DE M.; TORNQUIST C. S.; MIGUEL, D. S.; ASSIS, G. DE O. “Não me sinto culpada”: práticas contraceptivas e aborto em grupos populares urbanos. In. RIAL, C., PEDRO, J. M. e AREND, S. M. F. (orgs.). **Diversidade**: dimensão de gênero e sexualidade. Florianópolis: Mulher. p. 251-267, 2010.

NASCIMENTO-SCHULZE, C.; CAMARGO, E. Psicologia social, representações sociais e métodos. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 3, p. 287-299, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Critérios Médicos de Elegibilidade para o uso de Métodos Anticoncepcionais**. 3a ed, Genebra, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Manual para professores de enfermagem e obstétrica**. Aborto Incompleto. Educação para uma maternidade segura. Módulos de Educação. Portugal. Biblioteca da OMS, 2005.

ORO, A. P. A laicidade no Brasil e no Ocidente: algumas considerações. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 221-37. 2011.

- PETCHESKY, R. Rights and needs: rethinking the connections in debates over reproductive and sexual rights. **Health and human rights**. [S.L] v.4, n. 2, p. 17-29, 2000.
- POLLACK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- RIOS, R. R. Para um direito democrático da sexualidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 26, pp. 71-100, 2006.
- ROSO, A. Psicologia social da saúde: tornamo-nos eternamente responsáveis por aqueles que cativamos. **Aletheia**, Canoas, n.26, p. 80-94, 2007.
- SANTOS, BOAVENTURA DE S. **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. Porto: Afrontamento, p. 348, 1994.
- SCAVONE, L. Políticas feministas do aborto. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p 675-680, 2008.
- SCOTT, J. W. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SEDGH G.; HENSHAW S.; SINGH S.; AHMAN E.; SHAH I. Induced abortion: estimated rates and trends worldwide. **The Lancet**, Reino Unido, v. 370, p. 1338-1345, 2007
- SILVA, C.G. da; SANTOS, A. O.; LICCIARDI, D. C; PAIVA, V. Religiosidade, juventude e sexualidade: entre a autonomia e a rigidez. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 4, p. 683-692, 2008.
- SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, M.(org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 362-400, 2000.
- SOUZA, Z.; DINIZ, N. Aborto provocado: o discurso das mulheres sobre suas relações familiares. **Textocontexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 20, n. 4, p. 742-750, 2011.
- SPINK, M. J. P. **Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos** Petrópolis: Vozes, p. 339, 2010.

TALIB, R. A. Um (Im) Possível diálogo entre a moral da Igreja Católica Apostólica Romana e a posição ética dos profissionais que atuam nos serviços de Aborto Legal. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 7**. Florianópolis, 2006.

TONELLI, M. J. F.; MAHEIRIE, K. ; PERUCCHI, J. ; MAYORGA, C. ; MOUNTIAN, I. ; PRADO, M. A. M. . Critical Social Psychology in Brasil: politics, gender, and subjects of dissidence. **Annual Review of Critical Psychology** (Online), v. 10, p. 163-183, 2013.

VARGAS, E. P.; MOÁS, L. DA C. Discursos normativos sobre o desejo de ter filhos. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 44, n. 4, p. 758-762, 2010.

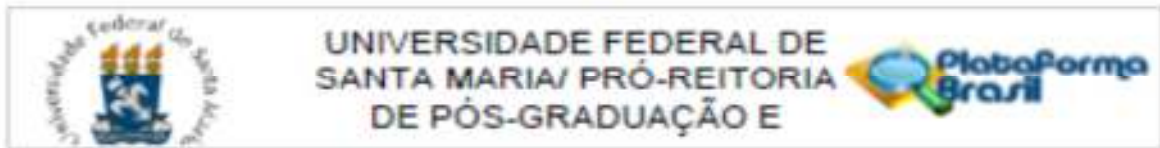
WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The preventive and management on unsafe abortion**. Technical Working Group, (WHO/MSM/92.5). Geneva, WHO, 1992.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Unsafe abortion** Global and regional estimates of the incidence of unsafe abortion and associated mortality in 2008, 6^aed., Geneva: WHO Library Cataloguing, 2011.

ZANELLA, A. V. Reflexões sobre pesquisa em psicologia, método(s) e “alguma” ética In: PLONER, K.S.; MICHELS, L.R.F; CHLINDWEIN, L.M. & GUARESCHI, P.A. (Orgs.) **Ética e Paradigmas na Psicologia Social**. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, p. 46-58, 2003.

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Aborto Induzido e narrativas de mulheres em blogues

Pesquisador: Adriane Rubio Rosso

Área Temática:

Varão: 2

CAAE: 28103814.7.0000.5346

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Maria/ Pró-Reitoria de Pós-Graduação e

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 621.350

Data da Relatoria: 16/04/2014

Apresentação do Projeto:

O aborto induzido é uma prática recorrente no Brasil, no entanto, sua criminalização abre margem para a prática de modo inseguro, o que pode se configurar em um entrave no acesso das mulheres à autonomia de seus corpos. Diante desse cenário, este estudo pretende identificar e problematizar as experiências do abortamento induzido no Brasil, a partir dos discursos engendrados nos espaços virtuais (blogues). Especificamente, busca-se conhecer as questões de gênero envolvidas na prática do aborto induzido, perceber a relação dessa prática com os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, discutir quais implicações a ilegalidade desta prática gera à saúde das mulheres que a realizam e analisar como diferentes atravessamentos institucionais dificultam ou facilitam a efetivação às mulheres dos seus direitos sexuais e reprodutivos. O estudo assume uma perspectiva qualitativa, descritiva e exploratória, e se delineará a partir da realização de entrevistas narrativas em blogues, e através de ferramentas de conversação online, com mulheres, maiores de 18 anos e que tenham realizado ao menos um aborto no Brasil. A interpretação das informações será conduzida através da análise temática, baseando-se na Psicologia Social Crítica, nas Epistemologias Feministas e nos contributos teóricos de autores que refletem sobre gênero e direitos sexuais e reprodutivos.

Endereço: Av. Itália, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar

Bairro: Camobi

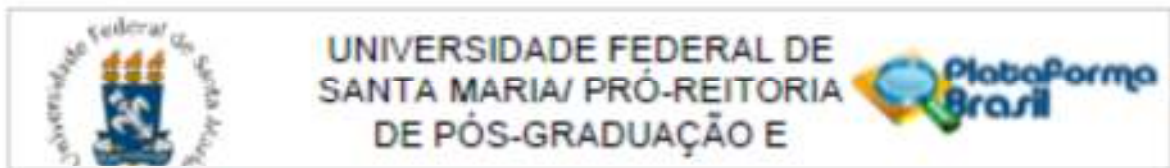
CEP: 91.050-000

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3226-0962

E-mail: cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 621.350

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário:

Identificar e problematizar as experiências do abortamento induzido no Brasil, a partir das narrativas engendradas em blogs.

Objetivo Secundário:

Conhecer as questões de gênero envolvidas na prática do aborto induzido.

Perceber a relação dessa prática com os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Discutir quais implicações a ilegalidade do abortamento gera à saúde das mulheres que o realizam.

Analisar como diferentes atravessamentos institucionais dificultam a efetivação às mulheres dos seus direitos sexuais e reprodutivos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios aparecem descritos adequadamente e levam em conta os princípios éticos que regulam a pesquisa com seres humanos, conforme segue:

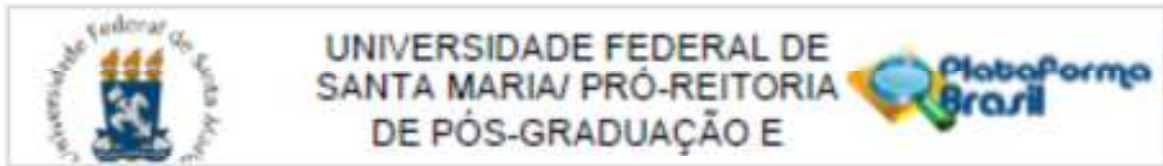
Riscos:

Considerando as técnicas que serão utilizadas para a realização desta pesquisa, bem como o fato de que não se tem por objetivo testar, nem experimentar, nenhum procedimento novo, mas apenas conhecer, a partir do discurso das mulheres, a experiência do abortamento induzido, considera-se que os riscos vinculados a participação na pesquisa são mínimos. Caso observe-se que durante o desenrolar da pesquisa alguém se sensibilize e venha a manifestar sofrimento ao tratar do tema, a participante terá total liberdade de interromper ou desistir de participar do estudo. Nesse momento, a pesquisadora responsabilizar-se-á por avaliar a situação e acompanhará a participante por um período até que considere que o desconforto advindo da participação da pesquisa tenha sido superado. Caso ainda assim observe-se a demanda para atendimento psicológico, a participante será encaminhada a um serviço público de atendimento psicológico em sua cidade, o qual a pesquisadora contactará por telefone previamente.

Benefícios:

Não há benefícios diretos às participantes, a não ser a oportunidade para compartilhar suas experiências e através do diálogo elaborá-las. Além disso, a partir do conhecimento produzido junto com as mulheres, a presente pesquisa pode nortear serviços e ações em saúde sexual e

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar
 Bairro: Camobi CEP: 91.050-000
 UF: RS Município: SANTA MARIA
 Telefone: (51)3220-6362 E-mail: cep.ufsm@gmail.com



Contribuição do Pensar: 021.350

reprodutiva, mais humanos e acolhedores às demandas das mulheres.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

-

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

As pesquisadoras apresentam os seguintes termos: folha de rosto, registro no GAP, justificativa para a não apresentação de autorização institucional, Termo de Confidencialidade adequado e assinado pela responsável e solicitação de dispensa de TCLE, justificada pela diretriz IV.18 da resolução 466/2012.

Recomendações:

-

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

-

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Alerta-se aos proponentes que a resposta apresentada à pendência tangencia a pergunta, bem como não garante a confidencialidade dos dados. Esta situação deve, necessariamente, ser informada aos participantes.

SANTA MARIA, 22 de Abril de 2014

Assinador por:
CLAUDEMIR DE QUADROS
 (Coordenador)

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio de Reitoria - 2º andar
 Bairro: Camobi CEP: 91.050-900
 UF: RS Município: SANTA MARIA
 Telefone: (51)3220-9362 E-mail: cep.ufsm@gmail.com

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO INFORMATIVO



Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia



TERMO INFORMATIVO

Título do projeto: **“Aborto Induzido e Narrativas de Mulheres em Blogues”**

Pesquisador responsável: Professora Doutora Adriane Roso

Telefone para contato (inclusive a cobrar): (55) 84032166 ou (55) 96174950

Você está sendo convidada para participar, como voluntária, na pesquisa **“Aborto Induzido e Narrativas de Mulheres em Blogues”**. Caso tenha alguma dúvida pode perguntar a pesquisadora. Caso você não aceite participar não será penalizada de forma alguma.

A pesquisa objetiva identificar e problematizar as experiências do aborto induzido, no Brasil, a partir das narrativas engendradas em blogues, para tanto estão sendo convidadas mulheres maiores de 18 anos que tenham realizado ao menos uma interrupção voluntária de gestação ao longo da vida no país. Após sua autorização serão feitas perguntas referentes a narrativa que você disponibilizou no blogue (...). A entrevista será gravada para que a pesquisadora possa prestar mais atenção no que foi escrito. Os benefícios às participantes são a oportunidade de falar sobre suas experiências e de compartilhar seus sentimentos, isso poderá auxiliar na elaboração de ações em saúde voltadas às demandas das mulheres. Como não vamos testar, nem experimentar nenhum procedimento novo, poucos poderão ser os riscos para os participantes, mas, caso sejam identificados situações de desconforto psicológico, o pesquisador avaliará a situação e manterá contato com você, caso houver necessidade, encaminhará você a um serviço de atendimento psicológico.

As participantes poderão solicitar esclarecimentos sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa, podendo interromper sua participação a qualquer momento, sem que isto lhes traga prejuízo. As pesquisadoras se comprometem a preservar a privacidade das participantes. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas

única e exclusivamente para execução desse projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas no departamento de psicologia por um período de cinco anos sob a responsabilidade da Profa. Coord. Dra. Adriane Roso, na sala 321 do departamento localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 1750, 3º Andar - CEP 97015-372 – Santa Maria, RS – Brasil, em local protegido por senha, no caso de material digital, e por chave no caso de material impresso. Após este período, os dados serão destruídos. Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM em/...../....., com o número do CAAE

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa você poderá entrar em contato com a professora coordenadora da pesquisa. Ou, ainda, se quiser maiores esclarecimentos poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa/UFSM:

Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria - 7º andar - Sala 702 Cidade Universitária – Bairro Camobi 97105-900 – Santa Maria-RS Tel.: (55)32209362 - Fax: (55)32208009 e-mail: comiteeticapesquisa@mail.ufsm.br

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM - Cidade Universitária - Bairro Camobi, Av. Roraima, nº 1000 - CEP: 97.105.900 Santa Maria – RS. Telefone: (55) 3220-9362 – Fax: (55)3220-8009 Email: comiteeticapesquisa@smail.ufsm.br Web: www.ufsm.br/cep

APÊNDICE B – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE



Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia



TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: Aborto Induzido e Narrativas de Mulheres em Blogs

Pesquisador responsável: Professora Doutora Adriane Roco

Instituição/Departamento: Departamento de Psicologia

Telefone para contato: (55) 3220-9231

Local da coleta de dados: Ambiente virtual (blogue, ferramentas de comunicação)

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade das participantes cujos dados serão coletados através de gravação de entrevistas narrativas que serão realizadas em ambiente virtual através de blogues e programas de comunicação. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas no (a) sala número 321 do Departamento de Psicologia por um período de 5 anos sob a responsabilidade do Professora Pesquisadora Adriane Roco. Após este período, os dados serão destruídos.

Santa Maria, 08 de janeiro de 2014.

Professora Doutora Adriane Roco

APÊNDICE C – RESPOSTA AO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Título: Aborto induzido e narrativas de mulheres em blogues

Número CAAE: 28103814.7.0000.5346

Pesquisador Responsável: Adriane Rubio Roso

Pendência Junto ao CEP:

O CEP considera o projeto apresentado muito relevante, mas ficou com uma dúvida: como será garantida a confidencialidade, privacidade ou sigilo às participantes, já que haverá dispensa de TCLE e as participantes se manifestarão via blogue (espaço virtual que pode ser rastreado pela identificação de IP e outros recursos de informática). Solicita-se que seja descrito o recurso que será utilizado para garantir sigilo na identificação das participantes.

Prezados Avaliadores

Objetivando responder a solicitação apresentada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria elaboramos a presente resposta tendo em vista duas perspectivas. A primeira apresenta esclarecimentos acerca de nossa compreensão sobre a ética em pesquisa com seres humanos dentro das Ciências Sociais e Humanas, e, de que modo, podemos pensar o sigilo e a confidencialidade dentro dessa grande área. A segunda se refere a conjecturas quanto à ética em estudos que se utilizam de ferramentas virtuais e as possibilidades de garantia de sigilo frente ao uso de novas tecnologias em pesquisa.

Segundo Diniz (2008), no Brasil, as matrizes de avaliação da ética em pesquisa com seres humanos possuem, predominantemente, enfoque biomédico. Num cenário voltado para as Ciências Naturais, as considerações sobre aplicação e implicações das pesquisas tendem a ser feitas de modo generalista. Isso porque, sob essa perspectiva, frequentemente, o participante é passivo na ação da pesquisa, cabendo a ele um local de corpo biológico que é experimentado.

Entretanto, é comum pesquisas no campo das Ciências Sociais e Humanas estarem voltadas para o que há de singular e humano nos sujeitos pesquisados e em seus contextos. Daí surge um importante desafio para a reflexão ética de um projeto de pesquisa nessa grande área, isso porque esses projetos devem ser pensados a partir de seu desenho metodológico, pressupondo uma sensibilidade ética a cada novo caso (DINIZ, 2008).

No que cabe às pesquisas qualitativas, sob o aporte da Psicologia Social, como é o caso da pesquisa proposta, os participantes são os sujeitos centrais da pesquisa, eles devem ocupar lugar ativo na construção do conhecimento. Somente através de uma parceria construída com

eles a pesquisa pode se desenvolver, seu lugar vai muito além dos limites restritos de um corpo biológico (SCHMIDT, 2008).

Por depender de uma parceria entre os pesquisadores e os participantes, e por ser calcada no relacional, humano e, portanto, inédito da interação, entendemos que a postura ética e reflexiva deve acompanhar os pesquisadores em todos os momentos da pesquisa. Nesse sentido, o fato das mulheres participantes da pesquisa não assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) **não nos exime da responsabilidade ética frente a elas**. Independente da formalização, **a pesquisa só será realizada com o consentimento das mulheres**. Temos ciência de que o “consentimento é um dos principais desafios apresentados pela pesquisa com grupos vulneráveis” (ROGERS; BALLANTYNE, 2007, p. 35), como será o caso da obtenção do consentimento das mulheres que participarão de nosso estudo.

Além disso, após o primeiro contato disponibilizaremos o Termo Informativo para as participantes e só daremos seguimento às entrevistas após termos o consentimento claro das mulheres, registrado através das ferramentas de conversação online. Ao tomar o consentimento, temos a responsabilidade de garantir a confidencialidade, privacidade ou sigilo às participantes. Entendemos que a assinatura do TCLE, quando a pesquisa enfoca uma prática criminalizada, implica a “confissão” de um crime. Nesse caso, conforme assinala Goldim (2006), o termo poderia acabar servindo mais como uma garantia de segurança para nós, pesquisadoras, do que de acesso à informação para as participantes.

Podemos argumentar ainda que, pensando a ética enquanto instância crítica (GUARESCHI, 2005), nós nos propomos a refletir, durante todo o desenrolar da elaboração e execução da pesquisa, o tipo de relação que pretendemos (e devemos) estabelecer com as participantes da pesquisa. Imaginamos que todas as nossas ações devem estar voltadas para o cuidado e atenção das participantes, o que implica, obviamente, respeito ao sigilo e confidencialidade das informações.

Assim, seguindo as considerações éticas tecidas por Redon (2007) no campo da Antropologia, mas que certamente podem ser estendidas ao nosso estudo, “o respaldo ético dos trabalhos antropológicos não pode se equiparar àqueles dos estudos biomédicos. Diferentes autores (DUARTE, 2004; CAROSO, 2004; CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004; MACRAE e VIDAL, 2006; RAMOS, 2004, entre outros) esclarecem a pouca produtividade e arbitrariedade em submeter os pesquisados dos estudos em antropologia ao Termo de Consentimento, uma vez que ele descaracteriza o ofício do antropólogo” (p.1907).

Ainda, enquanto psicólogas pesquisadoras, devemos assegurar nosso respeito às pessoas também em virtude de nosso Código de Ética Profissional. No qual está posto nosso dever, enquanto profissionais, de respeitar o sigilo a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas a que tenhamos acesso no exercício profissional (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, resolução 010, 2005).

No entanto, não descartamos o fato de que o risco a que essas mulheres se submetem ao expor-se via aparatos tecnológicos, como é o caso do computador, poderá colocá-las em um risco diferenciado de exposição. Nesse sentido, daremos segmento a segunda perspectiva da resposta, que visa a refletir sobre a ética em estudos que se utilizam de ferramentas virtuais e as possibilidades de garantia de sigilo frente ao uso de novas tecnologias em pesquisa.

Entendemos que pesquisas realizadas em meio virtual são recentes, e esse espaço possui múltiplas especificidades as quais, mesmo que não esgotadas, devem ser contempladas em uma discussão ética sobre o tema. A internet está se tornando pauta de legislação, como o projeto de lei conhecido como Marco Civil da Internet, que se propõe a estabelecer os princípios, as garantias, os direitos e os deveres para o uso da internet no Brasil (Brasil, 2011).

Em concordância com Mann e Stewart (2000), entendemos que em pesquisas que utilizem informações on-line, os dados pessoais devem ser coletados com um propósito legítimo e específico. As autoras pontuam que por mais que ainda não exista uma legislação que dê conta integralmente da internet, é dever do pesquisador estabelecer uma reflexão ética sobre a elaboração da pesquisa. Elas consideram plausível a obtenção por e-mail do consentimento dos participantes da pesquisa, como pretendemos fazer.

Quanto à pesquisa proposta, salientamos que essa será realizada em espaços virtuais já existentes, os blogues, e que, portanto, fará uma observação da realidade virtual já publicizada. O contato que será realizado com as mulheres dependerá de uma postagem prévia das mesmas, sendo assim, o Internet Protocol (IP) dos seus computadores já estará disponível, antes mesmo da pesquisa ser realizada.

Diante disso, entendemos o questionamento do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria como extremamente pertinente. Não obstante, gostaríamos de esclarecer que embora ainda não sancionado o Marco Civil da Internet, no Brasil, já existem as alterações promovidas na lei 12.737/12 (BRASIL, 2012) onde o crime de invasão de dispositivo de informática está previsto no art. 154, com a seguinte redação:

“Invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e

com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa”.

Assim, rastrear IP configura-se em crime. Nesse sentido, o risco de pessoas comuns rastream o IP das participantes da pesquisa pode ser equivalente ao risco de roubo “físico” de material de pesquisa armazenado nas salas de pesquisadores.

Quanto ao risco da Polícia Federal realizar pedido de “quebra de sigilo” para rastrear o IP das participantes da pesquisa a fim de coletar informações sobre o tema, esse é um risco existente em pesquisas. Entretanto, devido ao fato das pesquisadoras serem psicólogas, e tendo, portando, direito a manutenção de sigilo profissional, as informações coletadas na pesquisa não podem sofrer “quebra de sigilo” (DINIZ et al., 2009).

Assim, compreendemos que o risco de pesquisas virtuais se aproxima ao risco de pesquisas feitas face a face. Para amparar nossas ações, recorreremos também às considerações do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2012), no que se refere ao atendimento psicoterápico mediado pelo uso de ferramentas virtuais e as questões de sigilo e confidencialidade. Nesses casos, o CFP solicita que a psicóloga ou o psicólogo esclareça ao participante as condições de risco quanto ao sigilo devido falhas de segurança da rede e peça que o participante ateste que tem conhecimento dos riscos relativos à privacidade das comunicações inerentes ao meio utilizado.

Por fim, garantimos que após o contato com as mulheres interessadas em participar, depois do esclarecimento da pesquisa, da garantia de confidencialidade e sigilo pela palavra das pesquisadoras, posterior a disponibilização do Termo Informativo, esclareceremos o risco da participação da pesquisa em ambiente virtual e só realizaremos a pesquisa mediante expressa concordância das participantes em contribuir com a pesquisa. Agradecemos aos membros do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria por sinalizarem suas dúvidas, pois na construção de nossos argumentos precisamos nos apropriar ainda mais das questões éticas em pesquisa. Caso sejam necessários maiores esclarecimentos, nos colocamos a disposição.

Referências

BRASIL. **Código Penal Brasileiro**, Lei nº 12.737. Brasília. 2012.

BRASIL. **Marco Civil da Internet**. Ministério Público. Brasília. 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Resolução 010/05. Brasília: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução Nº 011/2012**. Brasília: CFP, 2012.

DINIZ, D. Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 13, n. 2, Apr. 2008 .

DINIZ, D.; CORREA, M.; SQUINCA, F.; BRAGA, K. S. Aborto: 20 anos de pesquisas no Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 25, n. 4. 2009.

GOLDIM, J.: Importância da Qualidade do Texto Utilizado, **Rev HCPA** (Hosp. de Clínicas de Porto Alegre), UFRGS, Brasil. 2006.

GUARESCHI, P. Representações Sociais, Ética e Política In: Denize C. de Oliveira; Pedro H. F. Campos. (Org.). **Representações Sociais: uma teoria sem fronteiras**. 01 ed. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, v. 01, p. 179-183.

MANN, C.; STEWART, F. **Internet Communication and Qualitative Research: a handbook for researching online**. London: SAGE Publications: 2000.

REDON, S. A. **As metáforas do câncer: do indizível ao dizível**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina. Orientador: Leila Sollberger Jeolás

ROGERS, W.; BALLANTYNE, A. Populações especiais: vulnerabilidade e proteção. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**. Rio de Janeiro, v.2, Sup.1, p.Sup.31-Sup.41, 2008.

SCHMIDT, M. L. S. Aspectos éticos nas pesquisas qualitativas . In: **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. Iara C. Z. Guerriero, Maria L. S. Schmidt, Fabio Zicker (Org.) – São Paulo : Aderaldo & Rothschild, 2008.